

Estado de Santa Catarina

**Prefeitura de
Tunápolis**



CADERNO DE PROVA **TIPO 2**

Edital de Concurso Público nº 007/2026

FISCAL DE TRIBUTOS



Foto: Prefeitura Municipal de Tunápolis

ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes no verso desta capa.

- 
- AMEOSC**
Associação dos Municípios do
Extremo Oeste de Santa Catarina

Conhecimentos Específicos

Questão 01

A Constituição da República Federativa do Brasil, no art. 156, dispõe sobre os impostos de competência dos municípios e atribui-lhes o poder de instituir tributos sobre fatos econômicos definidos no rol constitucional. Registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

☐ O Imposto Predial e Territorial Urbano figura entre os impostos atribuídos pela Constituição à competência tributária dos municípios brasileiros.

☐ O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, definidos em lei complementar, integra o rol de impostos de competência tributária dos municípios.

☐ O Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural integra o rol dos impostos atribuídos pela Constituição à competência tributária dos municípios brasileiros.

☐ O Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, de quaisquer bens ou direitos, integra o rol dos impostos atribuídos à competência tributária dos municípios.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, F, F, V.

Questão 02

Em auditoria de lançamentos do imposto sobre a propriedade imobiliária, o fiscal de tributos analisa imóvel situado em loteamento periférico e precisa identificar se a área se enquadra como zona urbana para fins de incidência do imposto. Sobre o critério legal aplicável, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Definir como zona urbana a área prevista em lei estadual com pavimentação asfáltica integral, sistema de drenagem pluvial completo, transporte coletivo regular e rede de telecomunicações operada por concessionária autorizada do município.
- (B) Considerar como zona urbana a área definida em lei municipal com pelo menos dois dos melhoramentos relacionados no Código Tributário Nacional, como meio-fio, abastecimento de água e sistema de esgotos sanitários, construídos pelo Poder Público.
- (C) Caracterizar como zona urbana a área registrada no cadastro imobiliário do município, com extensão territorial de no mínimo cinco mil metros quadrados, independentemente da presença de equipamentos públicos identificados na localidade.

- (D) Reconhecer como zona urbana a área indicada no plano diretor municipal como destinada à expansão urbana, ainda que desprovida dos melhoramentos físicos efetivos implantados pelo poder público no perímetro avaliado.

Questão 03

O sujeito passivo da obrigação tributária principal contempla figuras distintas com particularidades consolidadas no Código Tributário Nacional pertinentes ao trabalho do fiscal de tributos. Sobre essas figuras, assinale a alternativa correta.

- (A) O escopo do contribuinte da obrigação tributária principal dispensa a relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador da obrigação, conforme a legislação tributária do ente municipal envolvido na cobrança, em razão da prevalência da previsão legal expressa.
- (B) A figura do sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte quando, sem revestir a condição de responsável, a obrigação decorra de disposição expressa de lei, e responsável quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador.
- (C) O quadro do responsável tributário da obrigação principal contempla a relação pessoal e direta com a situação que constitua o fato gerador da obrigação pelo sujeito do território, dispensando a previsão legal expressa pelo regime da legislação tributária do ente.
- (D) O sujeito passivo da obrigação tributária principal diz-se contribuinte quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador, e responsável quando, sem revestir a condição de contribuinte, a obrigação decorra de disposição expressa de lei.

Questão 04

A distinção entre as espécies tributárias do imposto, da taxa e da contribuição de melhoria contempla critérios consolidados na literatura especializada pertinentes ao trabalho do fiscal. Acerca dessa distinção, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

☐ A distinção entre o imposto e a taxa contempla a vinculação do fato gerador da taxa à atividade estatal específica relativa ao contribuinte do ente municipal envolvido, enquanto a hipótese de incidência do imposto fica vinculada à prestação de serviço público.

☐ A distinção entre a taxa e o preço público contempla o caráter compulsório da taxa pela legislação tributária vigente do ente municipal envolvido, enquanto o preço público fica caracterizado pelo regime contratual da relação entre o usuário do serviço e o ente público.

☐ A contribuição de melhoria contempla o tributo cujo fato gerador é a valorização imobiliária decorrente de obra pública realizada pelo ente municipal envolvido, com a delimitação do limite total da arrecadação pela despesa realizada na execução da obra.

() A figura da contribuição de melhoria dispensa a observância do limite individual do acréscimo do valor do imóvel beneficiado pela obra pública do ente municipal envolvido, em razão da prevalência da despesa total da obra sobre a valorização do imóvel particular.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, F, V, V.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, V, V, F.

Questão 05

O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis incide sobre a transmissão onerosa, inter vivos, de bens imóveis e direitos reais, com regramento constitucional e infraconstitucional próprio, razão pela qual o conhecimento das hipóteses de incidência e das imunidades orienta a atuação do auditor. A respeito desse imposto, analise as afirmativas a seguir.

I.O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis incide sobre a transmissão causa mortis de imóveis urbanos, com lançamento direto pelo município no inventário judicial ou extrajudicial do espólio.

II.O fato gerador do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis configura-se com a transmissão da propriedade imobiliária, que se opera com o registro do título translativo no Registro de Imóveis competente.

III.A transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital configura hipótese contemplada pela imunidade prevista no art. 156, § 2º, inciso I, da Constituição Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II apenas.
- (B) III apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III apenas.

Questão 06

O arbitramento da base de cálculo contempla recurso à disposição da autoridade administrativa durante a verificação do cumprimento das obrigações tributárias pelo contribuinte, com particularidades consolidadas no Código Tributário Nacional. Sobre esse arbitramento, assinale a alternativa correta.

- (A) O escopo do arbitramento contempla o procedimento de fixação discricionária da base de cálculo do tributo pelo fiscal do ente municipal envolvido, dispensando a observância dos elementos objetivos previstos pela legislação tributária do ente público envolvido.

(B) O arbitramento contempla o recurso da autoridade administrativa para a apuração da base de cálculo do tributo quando os documentos do contribuinte do ente sejam omissos ou não mereçam fé, conforme o artigo 148 do Código Tributário Nacional vigente.

(C) A figura do arbitramento dispensa a observância do contraditório e da ampla defesa pelo contribuinte do ente municipal envolvido na cobrança do tributo pelo fiscal, em razão da prevalência do interesse arrecadatário do ente público sobre as garantias do sujeito.

(D) O regime do arbitramento da base de cálculo fica restrito aos tributos federais cobrados pela autoridade administrativa da União envolvida na fiscalização, dispensando a possibilidade da aplicação aos tributos do ente municipal pelo fiscal do município envolvido.

Questão 07

A atividade de fiscalização tributária encontra disciplina nos arts. 194 a 200 do Código Tributário Nacional, com previsão dos poderes de investigação do auditor e dos deveres de colaboração do contribuinte. Registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() A obrigação de prestar informações à autoridade administrativa fiscalizadora figura como dever genericamente atribuído a qualquer pessoa, sem que se reconheçam exceções relativas a profissões dispensadas legalmente.

() A fiscalização tributária configura procedimento informal de comunicação entre o fisco e o contribuinte, com início e término registrados em meio verbal, sem necessidade de termo escrito.

() A legislação tributária regula a competência e os poderes das autoridades administrativas em matéria de fiscalização da aplicação dos tributos, conforme dispõe o art. 194 do Código Tributário Nacional.

() As autoridades administrativas têm o direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos e papéis dos contribuintes, no exercício da fiscalização, conforme dispõe o art. 195 do Código Tributário Nacional.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, F, F, V.

Questão 08

A Lei Complementar federal n.º 116, de 31 de julho de 2003, dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, definindo o fato gerador, a base de cálculo e demais elementos da exação. Registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O fato gerador do Imposto Sobre Serviços

corresponde à prestação de serviços constantes da lista anexa à Lei Complementar federal n.º 116/2003, ainda que esses serviços não constituam a atividade preponderante do prestador.

() O fato gerador do Imposto Sobre Serviços abrange a circulação de mercadorias industrializadas pelo prestador, integrando à hipótese de incidência tributária a saída física do bem do estabelecimento.

() A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços corresponde ao valor da folha de pagamento dos empregados do prestador, calculada no mês anterior à prestação do serviço tributado pelo município.

() A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços corresponde, na prestação de serviços, ao preço do serviço prestado pelo contribuinte, conforme dispõe a Lei Complementar federal n.º 116/2003.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) F, F, V, V.
- (B) V, V, F, F.
- (C) F, V, V, F.
- (D) V, F, F, V.

Questão 09

O sigilo fiscal configura dever da Fazenda Pública e de seus servidores em relação às informações obtidas em razão do ofício, com regramento previsto no art. 198 do Código Tributário Nacional, motivo pelo qual o conhecimento das hipóteses de afastamento orienta a atuação do auditor. A respeito do sigilo fiscal, analise as afirmativas a seguir.

I. A divulgação, pela Fazenda Pública ou por seus servidores, de informações obtidas em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo, é vedada pelo art. 198 do Código Tributário Nacional.

II. O sigilo fiscal admite afastamento mediante requisição de autoridade judiciária no interesse da justiça, conforme o art. 198, § 1º, inciso I, do Código Tributário Nacional.

III. A permuta de informações entre a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios figura entre as hipóteses contempladas pela legislação tributária, na forma estabelecida em lei ou convênio.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III apenas.
- (D) I e II apenas.

Questão 10

Os princípios da Administração Pública figuram como pilares constitucionais da atuação do fiscal de tributos no exercício da fiscalização e da cobrança dos tributos. Acerca dos princípios da eficiência e da moralidade,

registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

() O princípio da eficiência contempla a busca pelo melhor desempenho da atuação administrativa do fiscal de tributos do ente municipal envolvido, com a otimização dos recursos públicos e a obtenção dos resultados esperados pela administração tributária.

() O princípio da moralidade contempla a conduta ética do fiscal de tributos durante a atuação do servidor do ente municipal envolvido, com a observância dos padrões de honestidade, probidade e boa-fé pertinentes ao exercício da função pública fiscalizadora.

() A improbidade administrativa pelo fiscal de tributos contempla a violação do princípio da moralidade administrativa pelo servidor do ente municipal envolvido, com a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, ao agente infrator do ente.

() O princípio da eficiência dispensa a observância da legalidade pelo fiscal de tributos durante a atuação do servidor do ente municipal envolvido na fiscalização do contribuinte, em razão da prevalência do resultado da arrecadação sobre as normas tributárias do ente.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, V.
- (B) F, V, V, F.
- (C) V, V, V, F.
- (D) V, V, F, F.

Questão 11

Na análise da lei tributária municipal, o auditor verifica a regularidade constitucional da taxa de coleta domiciliar de resíduos sólidos cobrada dos contribuintes do município no exercício corrente. Sobre a base de cálculo da referida taxa diante do regime constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) Fixar como base de cálculo o valor venal do imóvel constante do cadastro imobiliário municipal, considerando a relação entre a metragem territorial do imóvel e a intensidade potencial da utilização do serviço público de coleta urbana.
- (B) Tomar como base de cálculo a renda mensal atribuída ao proprietário do imóvel residencial, considerando parâmetros relacionados à capacidade econômica do contribuinte e ao financiamento das atividades municipais de limpeza pública.
- (C) Adotar base de cálculo vinculada ao custo ou à dimensão da atividade estatal relacionada à coleta de resíduos sólidos, observada a distinção em relação às bases utilizadas para incidência dos impostos no sistema tributário brasileiro.
- (D) Considerar como base de cálculo o quantitativo de moradores vinculados ao cadastro imobiliário do imóvel urbano, utilizando critérios administrativos de dimensionamento do serviço público relacionados à ocupação residencial do imóvel tributado.

Questão 12

A atualização do cadastro imobiliário e do cadastro econômico contempla atividade permanente da administração tributária municipal pertinente ao trabalho do fiscal de tributos. Sobre essa atualização, analise as afirmativas a seguir.

I.A atualização do cadastro imobiliário do ente municipal fica restrita às operações de transmissão da propriedade imobiliária pelos contribuintes do ente público envolvido, dispensando a inclusão das alterações físicas dos imóveis durante a atualização do cadastro.

II.A atualização do cadastro econômico do ente municipal dispensa a comunicação das alterações da atividade pelos contribuintes da rede do município envolvido, em razão da prevalência da iniciativa de ofício da administração tributária sobre a comunicação do contribuinte.

III.A atualização do cadastro imobiliário do ente municipal contempla a inclusão das alterações físicas dos imóveis e das transmissões da propriedade durante a rotina da administração tributária do município envolvido, com o emprego dos dados disponíveis pelo ente.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) II e III apenas.
- (C) I apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 13

O ciclo de polícia contempla as fases do exercício do poder de polícia administrativa, com particularidades consolidadas na literatura do Direito Administrativo pertinentes ao trabalho do fiscal. Sobre esse ciclo, analise as afirmativas a seguir.

I.O ciclo de polícia contempla as fases da ordem de polícia, do consentimento de polícia, da fiscalização de polícia e da sanção de polícia pelo agente público envolvido no exercício do poder administrativo durante a rotina diária do ente municipal envolvido.

II.O ciclo de polícia dispensa a fase do consentimento de polícia durante o exercício do poder administrativo pelo agente público do ente municipal envolvido na fiscalização do estabelecimento, em razão da prevalência da fiscalização sobre as demais fases do ciclo.

III.A delegação da fiscalização de polícia para pessoas jurídicas de direito privado figura como matéria controvertida na literatura especializada do Direito Administrativo, com posicionamentos divergentes sobre a possibilidade da delegação a entidades privadas pelo ente público.

Está correto o que se afirma em:

- (A) III apenas.
- (B) I e III apenas.

(C) II apenas.

(D) I, II e III.

Questão 14

Durante curso de formação inicial, o auditor recém-empossado revisa os conceitos estruturantes da Administração Pública brasileira para situar sua atuação no quadro funcional do município. Sobre a composição da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Identificar que a Administração Pública direta envolve as concessionárias de serviço público e a indireta envolve os Ministérios, as Secretarias estaduais e municipais e demais órgãos despersonalizados.
- (B) Reconhecer que a Administração Pública direta envolve as empresas privadas contratadas pelo poder público e a indireta envolve as associações civis sem fins lucrativos credenciadas em serviços.
- (C) Conceituar a Administração Pública direta como o conjunto de entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado e a indireta como o conjunto dos órgãos despersonalizados do ente político.
- (D) Compreender que a Administração Pública direta envolve os órgãos integrantes dos entes políticos e a indireta envolve autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Questão 15

O prazo da fiscalização e a regularidade dos termos lavrados pelo fiscal de tributos contemplam particularidades consolidadas no Código Tributário Nacional pertinentes ao trabalho do agente. Acerca desses aspectos, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

()A fiscalização pelo fiscal de tributos do ente municipal dispensa a fixação de prazo máximo para a conclusão das diligências pelo agente público durante a atuação no estabelecimento do contribuinte, em razão da prevalência da liberdade do agente sobre o prazo.

()A entrega de cópia do termo de início da fiscalização ao contribuinte do ente municipal envolvido fica afastada pelo referido Código durante a rotina da fiscalização do estabelecimento, em razão da prevalência do sigilo do procedimento sobre a publicidade ao contribuinte.

()A legislação tributária contempla a possibilidade da fixação do prazo máximo para a conclusão das diligências pela autoridade administrativa do ente envolvido, conforme o disposto no parágrafo do artigo 196 do referido Código sobre o regime da fiscalização.

()O termo de início da fiscalização contempla a possibilidade da lavratura em livro fiscal do contribuinte do ente envolvido na ação do fiscal, com a entrega de cópia ao fiscalizado, conforme o disposto no artigo 196 do referido Código sobre o procedimento.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a

sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, V, V, F.
- (D) F, F, V, V.

Questão 16

Os elementos quantificadores da obrigação tributária integram a estrutura do tributo definida no Código Tributário Nacional, razão pela qual o domínio desses conceitos orienta a atuação técnica do auditor na conferência de lançamentos. A respeito desses elementos, analise as afirmativas a seguir.

I.O fato gerador da obrigação principal corresponde à situação definida em lei como necessária e suficiente à ocorrência da obrigação tributária, conforme o art. 114 do Código Tributário Nacional.

II.A base de cálculo configura grandeza econômica sobre a qual incide a alíquota, expressando o valor que dimensiona o aspecto material da hipótese de incidência tributária prevista em lei.

III.A alíquota configura elemento integrante do fato gerador da obrigação tributária e dispensa previsão legal expressa para sua aplicação concreta sobre a base de cálculo do tributo apurado.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II apenas.
- (C) III apenas.
- (D) II e III apenas.

Questão 17

A regularidade do auto de infração lavrado pelo fiscal de tributos contempla particularidades consolidadas na literatura especializada e na jurisprudência pertinentes ao trabalho do fiscal de tributos do ente municipal. Acerca dessa regularidade, registre V, para as afirmativas verdadeiras, e F, para as falsas:

()A ausência da descrição clara do fato infracional no auto de infração lavrado pelo fiscal contempla mera irregularidade do procedimento, conforme a literatura especializada da área, dispensando a anulação do auto pela autoridade administrativa do ente municipal envolvido.

()A indicação precisa do dispositivo legal violado pelo contribuinte do ente municipal envolvido na cobrança figura como requisito essencial do auto de infração pelo fiscal, conforme a literatura especializada da área e a jurisprudência consolidada do território envolvido.

()A figura do erro material no auto de infração lavrado pelo fiscal contempla vício insanável do procedimento pela legislação tributária vigente do ente envolvido, dispensando a possibilidade da retificação pela autoridade administrativa do ente municipal envolvido.

()O escopo do auto de infração dispensa a indicação da penalidade aplicável ao contribuinte do ente municipal envolvido na fiscalização do fiscal, em razão da prevalência da apuração do tributo devido sobre a determinação da multa pelo descumprimento da obrigação.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta dos itens acima, de cima para baixo:

- (A) V, F, F, F.
- (B) V, V, V, V.
- (C) F, F, V, V.
- (D) F, V, F, F.

Questão 18

As modalidades do lançamento tributário contemplam particularidades consolidadas no Código Tributário Nacional pertinentes ao trabalho do fiscal de tributos. Sobre o lançamento por homologação, assinale a alternativa correta.

- (A) O lançamento por homologação ocorre nos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, com a operação extintiva sob condição resolutória da homologação posterior do pagamento.
- (B) O escopo do lançamento por homologação fica restrito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza pelo ente municipal envolvido na cobrança do gravame, dispensando as demais modalidades tributárias pela legislação tributária do ente público envolvido.
- (C) O regime do lançamento por homologação contempla a participação direta do fiscal de tributos do ente municipal envolvido no cálculo do tributo do contribuinte, dispensando a atuação do sujeito passivo durante o procedimento administrativo de constituição do crédito.
- (D) A figura do lançamento por homologação contempla a constituição do crédito tributário pela autoridade administrativa do ente municipal envolvido na cobrança do gravame, dispensando o pagamento antecipado pelo sujeito passivo da obrigação tributária envolvida.

Questão 19

A classificação das espécies tributárias contempla particularidades consolidadas na legislação tributária e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pertinentes ao conhecimento técnico do fiscal de tributos. Sobre essa classificação, assinale a alternativa correta.

- (A) A classificação das espécies tributárias contempla a divisão em impostos diretos e impostos indiretos pelo artigo 5º do referido Código Tributário Nacional, com a exclusão das taxas e das contribuições de melhoria do quadro das espécies do gravame brasileiro.

- (B) O Código Tributário Nacional dispõe no artigo 5º que os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria, enquanto o Supremo Tribunal Federal adota a teoria pentapartida ao incluir os empréstimos compulsórios e as contribuições especiais entre as espécies do gravame.
- (C) A figura das espécies tributárias contempla a divisão dos tributos em impostos, taxas e empréstimos compulsórios pelo artigo 5º do Código Tributário Nacional, com a inclusão das contribuições de melhoria pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
- (D) O conjunto das espécies tributárias dispensa a contribuição de melhoria entre os tributos previstos pelo referido Código Tributário Nacional do ente brasileiro envolvido na atuação do fiscal, em razão da prevalência da divisão dos tributos em impostos e taxas pela legislação vigente do ente público envolvido.

Questão 20

Os elementos do ato administrativo contemplam requisitos essenciais para a validade da atuação do fiscal de tributos, com particularidades consolidadas na literatura do Direito Administrativo. Sobre esses elementos, assinale a alternativa correta.

- (A) O quadro dos elementos do ato administrativo dispensa a observância da forma prescrita pela legislação tributária vigente durante a edição do ato pelo agente público, em razão da prevalência da finalidade arrecadatória sobre a regularidade formal do ato.
- (B) O conjunto dos elementos do ato administrativo dispensa a presença do motivo durante a edição do ato pelo fiscal de tributos do ente municipal envolvido na fiscalização, em razão da prevalência da discricionariedade do agente sobre a motivação do ato.
- (C) Os elementos do ato administrativo contemplam a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto pelo agente público envolvido na edição do ato, com a observância dos requisitos pela autoridade administrativa para a validade do ato praticado.
- (D) A figura dos elementos do ato administrativo abrange a presunção, a imperatividade, a autoexecutoriedade e a tipicidade pelo agente público envolvido na edição do ato, com a observância dos atributos pela autoridade administrativa do ente municipal envolvido.

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 21 a 24.

Livros escritos por inteligência artificial: qual o limite do uso?

O avanço da inteligência artificial no mercado editorial deixou de ser uma questão futurista e tornou-se um desafio concreto para leitores, editoras e plataformas de publicação. A proliferação de livros gerados automaticamente por algoritmos já forçou grandes empresas a adotar medidas restritivas para conter o fenômeno.

O problema vai além da qualidade literária. Foram identificados e-books sobre coleta de cogumelos, publicados nessas plataformas de autopublicação, que indicavam espécies venenosas como se fossem comestíveis. O episódio ilustra como conteúdos gerados por IA sem supervisão adequada podem representar riscos concretos à saúde e à segurança das pessoas. A preocupação é que esse tipo de erro não fique restrito a guias de cogumelos, mas se expanda para obras de saúde e outros temas sensíveis, influenciando a forma como as pessoas pensam e o que consomem.

Diante desse cenário, cresce a discussão sobre a necessidade de rotular claramente o que foi produzido por inteligência artificial. A União Europeia já aprovou uma lei de regulamentação de IA que entra em vigor em agosto e exige que empresas identifiquem o que é ou não gerado por algoritmos. A proposta é que o leitor tenha o direito de escolher, sendo informado sobre a origem do conteúdo que consome. Para livros mais técnicos ou manuais, a presença da IA pode ser menos incômoda, mas no campo da literatura, a questão ganha outra dimensão.

Os dados sobre o uso da inteligência artificial no Brasil reforçam a urgência do debate: 70% dos brasileiros afirmam utilizar IA no trabalho, índice superior à média global de 54%. Quase 30% dos colaboradores no país a utilizam diariamente. A distinção entre usar a IA como ferramenta de apoio — para corrigir erros ou auxiliar na escrita — e delegar a ela a criação integral de uma obra é apontada como um ponto central da discussão. Com o avanço tecnológico, surge ainda outra questão: em breve, será possível identificar se um texto foi escrito por um humano ou por uma máquina?

<https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/livros-escritos-por-inteligencia-artificial-qual-o-limite-do-uso/>

Questão 21

O desenvolvimento acelerado das tecnologias digitais tem levado diferentes governos e instituições a discutirem mecanismos de regulamentação. Em muitos casos, tais medidas procuram garantir transparência e ampliar o direito de escolha dos usuários diante de conteúdos produzidos artificialmente.

Segundo o texto, a proposta de identificar conteúdos gerados por inteligência artificial busca:

- (A) Garantir que os consumidores saibam a origem do material que estão acessando.
- (B) Impedir a circulação de obras produzidas com auxílio tecnológico em território europeu.

- (C) Transferir às editoras a responsabilidade integral pela produção de conteúdos digitais.
- (D) Restringir o uso de algoritmos apenas à elaboração de textos literários ficcionais.

Questão 22

Os avanços tecnológicos frequentemente provocam transformações em diferentes setores da sociedade, exigindo adaptações por parte de empresas, instituições e consumidores. Em alguns casos, essas mudanças deixam de representar apenas possibilidades futuras e passam a gerar impactos imediatos sobre práticas já consolidadas.

De acordo com o texto, o crescimento do uso da inteligência artificial no mercado editorial passou a ser tratado como um desafio concreto porque:

- (A) Reduziu significativamente o interesse dos leitores por livros técnicos e científicos.
- (B) Impediu que plataformas digitais comercializassem obras de autores independentes.
- (C) Eliminou completamente a necessidade de escritores humanos no setor de autopublicação.
- (D) Produziu consequências práticas que motivaram medidas restritivas por parte de empresas.

Questão 23

Discussões sobre o uso de tecnologias digitais nem sempre se restringem à eficiência ou à inovação. Em determinadas situações, os debates envolvem também questões éticas, sociais e até riscos relacionados ao cotidiano das pessoas.

O episódio envolvendo livros sobre coleta de cogumelos foi utilizado no texto com a finalidade de:

- (A) Comprovar que algoritmos apresentam desempenho superior ao trabalho desenvolvido por especialistas.
- (B) Demonstrar que conteúdos automatizados podem causar problemas reais quando não há supervisão adequada.
- (C) Indicar que leitores possuem dificuldade em compreender textos produzidos por inteligência artificial.
- (D) Evidenciar que plataformas de autopublicação priorizam exclusivamente obras científicas complexas.

Questão 24

Em debates sobre inteligência artificial, costuma surgir a distinção entre o uso da tecnologia como instrumento auxiliar e sua utilização para substituir integralmente determinadas atividades humanas. Essa diferença aparece no texto como um dos pontos centrais da discussão contemporânea.

A partir das informações apresentadas, o texto sugere que o debate atual sobre a IA na produção textual envolve principalmente:

- (A) A Defesa da substituição completa da autoria humana por sistemas algorítmicos avançados.
- (B) A Necessidade de eliminar totalmente ferramentas automatizadas do ambiente profissional.
- (C) A Proibição do uso cotidiano de inteligência artificial em ambientes corporativos brasileiros.
- (D) A Definição de limites entre apoio tecnológico e criação integral automatizada de conteúdos.

Questão 25

A colocação pronominal na língua portuguesa depende de fatores sintáticos e estilísticos que determinam a posição do pronome oblíquo em relação ao verbo. O reconhecimento dessas estruturas exige atenção às regras gramaticais e ao contexto da oração.

Considerando as normas da colocação pronominal na língua portuguesa, assinale a alternativa em que há emprego de ênclise.

- (A) Talvez lhe enviem os documentos complementares antes da reunião administrativa prevista.
- (B) Nunca me comunicaram os critérios utilizados na avaliação final do projeto acadêmico.
- (C) Entregaram-me os pareceres técnicos durante a sessão extraordinária do conselho universitário.
- (D) Quando se discutirem os resultados da pesquisa, novos encaminhamentos serão apresentados.

Questão 26

Os vícios de linguagem correspondem a desvios das normas gramaticais da língua portuguesa e podem ocorrer em diferentes níveis da linguagem, comprometendo a adequação formal do enunciado.

Considerando os diferentes vícios de linguagem existentes na língua portuguesa, analise a oração abaixo:

"O parecer técnico foi encaminhado ao setor responsável em caráter emergencial devido à gravidade da ocorrência administrativa."

Identifique e assinale a alternativa que apresenta o vício de linguagem presente na oração lida.

- (A) Barbarismo.
- (B) Ambiguidade.
- (C) Solecismo.
- (D) Plebeísmo.

Questão 27

Leia atentamente as afirmativas abaixo:

I.O pesquisador estava convicto de que os resultados seriam compatíveis com as hipóteses iniciais do estudo.

II.Os servidores permaneceram obedientes com as determinações expedidas pela comissão disciplinar do órgão.

III.A diretora demonstrou urgência de que o relatório

conclusivo fosse encaminhado ainda naquela semana.

IV.O parecer técnico mostrou-se condizente ao regulamento interno aprovado pelo conselho universitário.

V.A estudante revelou medo de que os documentos necessários não fossem entregues dentro do prazo previsto.

Identifique em quais afirmativas a regência nominal está correta em todas as ocorrências.

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e V.

Questão 28

Considerando as regras de emprego da crase na norma padrão da língua portuguesa, analise a oração abaixo:

"À medida que os pesquisadores retornavam à universidade, dirigiam-se à ela para apresentar os relatórios concluídos às 18h."

Identifique em qual termo o uso da crase está inadequado.

- (A) à universidade.
- (B) À medida.
- (C) às 18h.
- (D) à ela.

Questão 29

As regras de concordância verbal determinam que o verbo deve concordar com o sujeito em número e pessoa, considerando diferentes estruturas sintáticas da oração. Em construções com sujeito simples, composto, coletivo, expressões partitivas e partículas apassivadoras, a concordância pode variar conforme a organização do enunciado e o valor semântico estabelecido na frase.

Considerando as normas da concordância verbal na língua portuguesa, assinale a alternativa em que há erro de concordância verbal.

- (A) Grande parte dos pesquisadores concordou com as conclusões apresentadas no relatório técnico.
- (B) Fui eu quem apresentou os documentos exigidos durante a audiência administrativa.
- (C) Vende-se equipamentos eletrônicos utilizados em atividades laboratoriais de alta precisão.
- (D) Nem o diretor nem os coordenadores compareceram à reunião extraordinária do conselho.

Questão 30

Leia atentamente as afirmativas abaixo:

I.Os jovens pesquisadores apresentaram o relatório detalhado durante o seminário acadêmico.

II.A biblioteca foi reorganizada pelos funcionários.

III.Brasília, capital federal do país, recebe visitantes de diversas regiões brasileiras.

IV.Os alunos necessitam de orientação para concluir o projeto.

V.Naquela manhã chuvosa, os dois atletas permaneceram bastante concentrados.

Identifique em quais afirmativas há o emprego de termos acessórios da oração.

- (A) II, IV e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e IV.

Conhecimentos Gerais

Questão 31

O trecho abaixo trata de aspectos culturais do Estado de Santa Catarina.

"Os casarões _____ do Litoral, a arquitetura em _____ no Vale do Itajaí e no Norte do Estado e as tradições _____ ainda fortes no Oeste são exemplos concretos da diversidade cultural catarinense, hoje enriquecida com a soma de novos sotaques e costumes daqueles que escolheram Santa Catarina para viver."

Disponível em: <https://estado.sc.gov.br/conheca-sc/cultura/>

Qual das alternativas abaixo preenche corretamente o trecho dado?

- (A) italianos; estilo gótico; portuguesas
- (B) espanhóis, estilo rústico; portuguesas
- (C) portugueses; estilo enxaimel; italianas
- (D) alemães; estilo italiano; espanhóis

Questão 32

O Art. 39 do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Tunápolis/SC estabelece regras para a realização de trabalho extraordinário pelos servidores municipais. De acordo com esse dispositivo legal, o trabalho extraordinário será permitido quando houver necessidades excepcionais e temporárias, desde que:

- (A) Seja previamente autorizado pela autoridade competente e observe o limite fixado no ato autorizativo.
- (B) Dependendo da concordância do servidor público convocado pela administração.
- (C) Ocorra exclusivamente em situações de substituição de servidores efetivos afastados.
- (D) Seja solicitado verbalmente pela chefia imediata do setor onde está lotado, sem autorização formal.

Questão 33

"Os ministros das Comunicações, Frederico de Siqueira

Filho, e da Saúde, Alexandre Padilha, lançaram dois editais para ampliar o acesso à internet e fortalecer serviços públicos em regiões consideradas mais vulneráveis.

A proposta é conectar até 3,8 mil unidades básicas de saúde (UBS) e beneficiar cerca de 2,5 milhões de pessoas que ainda enfrentam dificuldades de acesso à conectividade de qualidade. Os recursos são do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust)."

Disponível em: <https://medicinasasa.com.br/editais-conectar-ubs/>

A ampliação do acesso à internet em unidades de saúde amplia também o acesso a recursos que trarão diversos benefícios, sobretudo às regiões mais inacessíveis, como, por exemplo, o uso da telemedicina, que consiste em:

- (A) Um ramo dedicado à utilização de tecnologias e aplicações que possibilitam a prática do atendimento por um profissional da saúde a distância.
- (B) Conjunto de procedimentos voltados ao armazenamento digital de prontuários em unidades de saúde.
- (C) Ferramenta tecnológica utilizada para monitoramento estatístico de doenças em populações carentes.
- (D) Serviço de gestão de saúde voltado à integração da organização administrativa e entre unidades regionais e o sistema de saúde de maneira geral.

Questão 34

A Lei Orgânica do Município de Tunápolis/SC estabelece princípios e vedações que orientam a atuação do poder público municipal, especialmente em relação à garantia da igualdade, da legalidade e da liberdade religiosa. Essas disposições têm como finalidade assegurar o respeito aos direitos fundamentais e impedir práticas incompatíveis com os princípios constitucionais da administração pública. Analise as afirmativas abaixo.

I. Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-las, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com elas ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada na forma da Lei, a colaboração de interesse público;

II. Recusar fé aos documentos públicos;

III. Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV. Promover distinções legais entre cidadãos conforme critérios estabelecidos pela administração municipal.

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.

Questão 35

O movimento de emancipação de Tunápolis/SC esteve relacionado às transformações econômicas e estruturais observadas na comunidade durante o período em que ainda integrava o município de Itapiranga. Considerando o contexto histórico do período em que ocorreu o processo de emancipação do território onde se formou a cidade de Tunápolis/SC, analise as assertivas abaixo e classifique cada uma como verdadeira (V) ou falsa (F).

() O desenvolvimento econômico local fortaleceu os argumentos favoráveis à emancipação de Tunápolis/SC.

() A ausência de estrutura pública básica foi utilizada como principal justificativa emancipacionista.

() A diversificação das atividades agrícolas contribuiu para a sustentação econômica da comunidade.

() O crescimento das atividades comerciais foi considerado irrelevante no processo emancipacionista.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, F, V, V.
- (C) V, V, F, F.
- (D) F, V, F, V.



Associação dos Municípios do
Extremo Oeste de Santa Catarina

 **(49) 3621-0795**  **ameosc@ameosc.org.br**  **Segundo Aníbal Balbinot, 189
Agostini, São Miguel do Oeste/SC**

 **@ameoscoficial**  **www.ameosc.org.br**